

Mogno não está na lista de espécie ameaçada

■ Comércio da madeira não terá controle mundial

ALEXANDRE MANSUR

Uma convenção mundial em Harare, no Zimbábue, rejeitou uma proposta dos Estados Unidos e da Bolívia para incluir o mogno na lista de espécies ameaçadas de extinção. Na seção de ontem da Convenção Internacional sobre o Comércio de Espécies Ameaçadas (Cites), 67 países votaram a favor da proposta e 45 foram contra. Com isso, não houve o mínimo de dois terços dos votos, necessário para mudar a lista, chamada Apêndice 2.

Os ambientalistas criticaram o resultado da votação e a atuação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que coordenou a delegação brasileira. "O Brasil conquistou votos contra,

trocando favores com países africanos e com algumas nações do Caribe, cujas delegações são pagas pelo governo japonês", apontou Roberto Smeraldi, diretor da Amigos da Terra. "O governo brasileiro prefere enfrentar moratórias e boicotes unilaterais dos países importadores", afirmou.

"A inclusão do mogno no Cites imporá um compromisso dos países consumidores com o governo brasileiro, para medidas de efetiva proteção da Amazônia", explicou Roberto Kishinami, diretor do Greenpeace brasileiro. Sem a inclusão do mogno no Cites, o Brasil estaria abrindo mão de ajuda técnica e financeira para a preservação da espécie, afirmam os ambientalistas.

Mas o economista florestal Antonio Carlos do Prado, do Ministério do Meio Ambiente, lembra que ainda não está provado que incluir o mogno no Cites é vantajoso para o país. "O efeito é

maior sobre a demanda do que sobre a oferta. O Cites reduziria o consumo internacional do mogno, derrubando o preço e desincentivando o manejo sustentável. E o mogno iria para o mercado interno", explica Prado. Segundo ele, os EUA só apresentaram a proposta de inclusão do mogno para atender às pressões dos ambientalistas americanos.

A inclusão do mogno abriria um precedente que Prado julga perigoso. "Seria a primeira espécie de madeira comercialmente ativa incluída na lista de proteção. E os efeitos disso ainda não estão muito claros", disse o economista. Ele afirmou que, tecnicamente, o Ibama não considera o mogno uma espécie em perigo de extinção. "Além disso, as medidas que vêm sendo tomadas pelo governo brasileiro para controlar a exploração do mogno podem ser mais eficazes do que o Cites", lembrou.

JB
19/6/97 : 12
423